



O PNPB precisa de ajustes?

Pesquisador prevê que programa do governo federal necessita de adequações à realidade do País para obter sucesso



Alfred Szwarc, especialista em biocombustíveis

Cejane Pupulin

O uso de biocombustíveis foi incentivado pelo governo brasileiro, em especial pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Desde a implantação do programa, em 2005, a produção e o consumo de combustíveis derivados de biomassa renovável aumentaram no País.

Mas o Programa Biodiesel recebe críticas. Uma pesquisa da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, do economista Leandro Menegon Corder, verificou que alguns pontos do PNPB tiveram êxito, como o aumento de produção, mas em outros, como nos aspectos relacionados ao meio ambiente, os resultados ficaram aquém do esperado.

"Se o Brasil deseja prosseguir com o Programa do modo como ele foi idealizado, terá de fazer vários pequenos ajustes para adequá-lo à realidade na qual se inseriu", alerta o economista. Ele aponta que são necessários ajustes ambientais e no funcionamento das usinas, além do desenvolvimento de combustíveis mais avançados, os chamados de segunda geração.

Para o especialista em biocombustíveis, Alfred Szwarc, o PNPB pode ser considerado um sucesso. De forma geral, ele defende o uso desse tipo de combustível em núcleos regionais, em especial na área agrícola, no abastecimento de tratores e máquinas agrícolas em geral. "Assim, o grande problema do programa – a logística – poderia ser sanada", explica.

As pontuações

Para Corder, os biocombustíveis sofrem uma concorrência desleal dos derivados de petróleo. "Apesar de os biocombustíveis serem auxiliados

pelo governo, os derivados de petróleo também são, e de forma direta e indireta", explica.

E esse problema gerou outros. "Os preços ao produtor acabam não sendo convidativos, e não é criado um mercado forte de biodiesel, que é condição básica para a sustentação do mercado no longo prazo, de preferência sem ajuda governamental", explica.

O especialista em biocombustíveis, Alfred Szwarc, complementa que os biocombustíveis enfrentam uma situação estranha. "O governo incentivou muito e, hoje, o Brasil tem capacidade de produzir 5 milhões de litros, mas apenas menos da metade é produzido", explica. Szwarc ressalta que essa situação faz com os produtores desse tipo de combustível busquem aumento de porcentagem no diesel.

O diretor superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), Julio Minelli, afirma que o programa do governo federal evoluiu antes do previsto. "A meta de 5% de mistura de etanol na gasolina era para janeiro deste ano, mas foi antecipada para o mesmo mês de 2010. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), um órgão federal, adiantou a disponibilidade de matéria-prima e o mercado produtor não teve problemas para atender", explica.

A mistura de biocombustíveis no Brasil, segundo Szwarc, é bem inferior a alguns países da Europa, em que chegam a 30%. "As montadoras hoje fazem testes para aumentar esse número", explica.

A qualidade do biocombustível no Brasil também é superior à americana e à europeia. Segundo a Aprobio, a legislação brasileira é mais restritiva. Só para exemplificar, a umidade aceita na Europa é de 500 partes por milhão

(PPM), e no Brasil até o fim do ano será aceito apenas 320 e para o ano que vem, 200 ppm.

Dependência

O estudioso complementa que os incentivos governamentais ainda são indispensáveis para manter a competitividade da produção dos bicombustíveis. Alfred Szwarc enfatiza que desconhece algum programa de energia alternativa que não tenha necessitado de sustentação governamental em seu início. O petróleo e seus derivados já estão estabelecidos no mercado há séculos, e têm uma produção relativamente barata se comparada aos investimentos em novas tecnologias. "Não defendo a sustentação eterna, mas como funciona a dependência do ser humano, por exemplo, que aos poucos se torna independente dos pais", explica.

O diretor superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), Júlio Minelli, afirma que hoje novas usinas de biodiesel são inauguradas, mas não têm garan-



Julio Minelli, diretor superintendente da Aprobio: "Novas usinas não têm garantia de sucesso".

tias de sucesso. O economista e pesquisador Corder destaca que este é o ponto mais urgente da discussão. "O governo deveria tentar manter as indústrias em funcionamento, pois a taxa de ocio-

sidade é alta, e ainda maior é o percentual de usinas que não são economicamente viáveis, e são elas os alicerces para esse mercado se manter em funcionamento".

Incentivo à pesquisa e indicadores ambientais

Outro problema, segundo o economista Leandro Menegon Corder, é que o foco do PNPB está mais voltado à área social que ao mercado. "Mas, analisando a matéria-prima do biodiesel, percebe-se que a grande maioria é a soja, o que joga contra a ideia de inclusão do pequeno produtor", explica.

Também existem dificuldades em alguns outros pontos do programa, como a questão dos incentivos à pesquisa para biocombustíveis de outras gerações, como os de palha de arroz produzidos na Europa. "Alguns subprodutos ou restos podem, após investimento em

tecnologia, render um combustível mais barato que os atuais", explica.

Essa pesquisa passou a ser incentivada após as previsões de escassez do petróleo. Segundo levantamentos da Comissão Europeia de Energia, todo o petróleo do mundo acabará em 2047, se não houver mudanças significativas no consumo e nas reservas.

Outro fator que deve ser analisado no Programa é a questão ambiental. Esse quesito foi analisado em parceria com a professora Flávia Trentini, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da USP. O estudo con-

firmou que a presença de cláusula ambiental de responsabilidade dentro do PNPB atua posteriormente à degradação ambiental.

De acordo com a pesquisa, a implantação do Selo Combustível Social mostrou-se eficaz para melhorar os indicadores econômicos e sociais dos agricultores, mas, por outro lado, os indicadores ambientais foram muito tímidos.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que não irá se pronunciar a respeito das discussões levantadas pelo economista. 🌿